

CPI do Plano de Carreira vai analisar Progressões salariais

A Comissão Parlamentar de Inquérito que, desde o ano passado, avalia as causas do aumento de gastos com pessoal a partir da implantação do novo Plano de Carreira dos servidores públicos de Montenegro, em 2015, inicia um novo trabalho. O grupo agora vai analisar os processos de progressões do funcionalismo por conta da qualificação profissional e do tempo de serviço. Através deles, muitos tiveram aumentos rápidos de salários. Os veredores querem saber se não ocorreram irregularidades.

O presidente da CPI, Neir de Mello Pena, o Cabelo, do PTB, diante do grande volume de processos que precisarão ser analisados, definiu que será montada uma força-tarefa para avaliar os documentos. “É um trabalho de muita responsabilidade e que requer o máximo de cuidado”, completa.

O relator do processo, Felipe Kim da Silva (MDB),

se diz perplexo ao verificar que o novo Plano de Carreira abrangiu apenas uma parcela do funcionalismo público, assim como não considerou os apontamentos feitos pela Delegação de Prefeituras Municipais (DPM), com relação aos inativos com direito à paridade. Outro aspecto analisado pelo vereador está relacionado às modificações ocorridas na redação do projeto, desde sua origem até a aprovação.

Kim defende a verificação dos processos que tratam das progressões verticais e horizontais. Ele reforça que a medida é importante por haver indícios de erros e irregularidades, gerando vantagens indevidas. Os trabalhos de análise documental devem iniciar na próxima segunda-feira, dia 9 de março. A meta é concluir os trabalhos da CPI em abril. Este mês, faz um ano que a investigação começou. (MR)

Impeachment Processo vai continuar

RELATOR JOEL KERBER
afirma que não há provas, mas, em nome da transparência na Câmara, quer ouvir as testemunhas

MÁRCIO REINHIMER
marcio@jornaliba.com.br

Contraditório. Este é, provavelmente, o adjetivo que melhor define o relatório que o vereador Joel Kerber (Progressistas) elaborou com base nas acusações da secretária Letícia da Silva e na defesa prévia do prefeito Kadu Müller. O texto diz que não foi apresentada uma única prova de que o chefe do Executivo recebeu propina da empresa que coleta do lixo na cidade. Mesmo assim, ele propõe que as investigações continuem.

A manifestação de Joel, que é relator do processo de cassação, foi lida ontem à tarde e aprovada por unanimidade na comissão processante, formada ainda por Felipe Kim da Silva (MDB) e Josi Paz (PSB), a presidente. A reunião contou com a presença do advogado Alexandre Alves, procurador da denunciante. Já o prefeito e seu defensor, Jorge Fernandes



Joel Kerber, relator do processo

Filho não compareceram.

Kerber destacou, em sua análise, que Letícia não comprovou a autoria e nem a materialidade das acusações. Contudo, levando em conta que a Câmara tem pautado seus atos pela transparência, sugeriu a convocação das 20 testemunhas arroladas pela denunciante e pela defesa. Assim, acredita ele, não restará qualquer dúvida da inocência do prefeito.

O vereador Felipe, porém, disse que não concorda com esta linha de argumentação, mas votou a favor do relatório porque, ao fim, ele permitirá a continuidade dos trabalhos. Segundo o represen-

tante do MDB, as conversas de whatsapp, o vídeo e os extratos bancários que acompanharam a denúncia são indícios robustos de irregularidades.

Kerber contestou. “Os extratos mostram que a denunciante recebeu dinheiro da empresa e o sacou, mas não há provas de que o prefeito ou alguém do governo o tenham recebido”, contrapôs.

O relator não abordou, em seu documento, uma alegação de defesa sobre erro na tramitação do processo. Jorge Fernandes afirma que o rito foi equivocado e que o prefeito deveria ter tido a oportunidade de se defender antes da votação da admissibilidade. Questionado, Joel explicou que a legislação estabelece rios diferentes para ações do tipo no Judiciário e no Legislativo. “Aqui, seguimos exatamente o que dispõe a Lei”, garantiu.

Diante da aprovação do relatório, a comissão volta a se reunir para definir os próximos passos da instrução do processo. A presidente Josi Paz (PSB) garantiu que todas as ações da comissão serão abertas à imprensa, como já ocorreu nos processos que resultaram na cassação de Paulo Azeredo e Luiz Américo Aldama, em 2015 e em 2017.